Aproveitamento fiscal do ágio: o benefício tem futuro?

O benefício fiscal da amortização do ágio não acabou. Continuam em vigor as mesmas regras que tratavam da possibilidade de amortização fiscal do ágio pago na aquisição de participação societária¹, desde que fundamentado em rentabilidade futura. Tal amortização poderá ocorrer no prazo mínimo de cinco anos, contado a partir da data de extinção do investimento provocada por incorporação, fusão ou cisão envolvendo a sociedade investida. As despesas de amortização diminuem o lucro tributável da sociedade sucessora, gerando um benefício de 40% (para as instituições financeiras) ou de 34% (para as não-financeiras).

Como em anos passados (analisados em boletim anterior²), o final de 2011 foi marcado pela expectativa da edição de norma que pudesse revogar ou limitar o aproveitamento deste incentivo. Também como em anos anteriores, algumas sociedades anteciparam seus planos de reorganização para tentar assegurar seu direito de utilizá-lo. O ano de 2011 terminou, entretanto, sem quaisquer mudanças nas normas vigentes.

Isto não quer dizer que o assunto não continue imerso em polêmica, gerando insegurança para os contribuintes.

Essa insegurança é fruto de um forte movimento das autoridades fiscais no sentido de aprofundar as investigações e questionar o aproveitamento fiscal do ágio, sustentando novos argumentos. Além de atacar vícios formais, como a ausência de ou imperfeições no laudo que o fundamenta, notamos que as autuações têm se concentrado (i) no chamado “ágio interno”, gerado em operações realizadas entre partes relacionadas; (ii) no ágio contabilizado por sociedade *holding* constituída por investidor estrangeiro com o propósito exclusivo de adquirir participação societária no Brasil; e (iii) no ágio integral ou majoritariamente fundamentado em rentabilidade futura, ou seja, que não levou em conta outros possíveis fundamentos, o que pode ser recomendável sob o ponto de vista puramente contábil, mas que tende a não ser vantajoso sob o ponto de vista fiscal.

Recentemente, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) julgou importantes casos envolvendo grandes empresas³. Os resultados foram favoráveis aos contribuintes, com a manutenção integral do ágio, sinalizando que o Carf tende a adotar uma postura técnica e razoável na análise de tais autuações.

Apesar de não haver ainda uma jurisprudência consolidada a respeito, tais precedentes encorajam novas operações, mostrando que os planejamentos para aproveitamento fiscal do ágio continuam viáveis, desde que estruturados cuidadosamente.

Ana Carolina Monguilod
amonguilod@levysalomao.com.br

São Paulo

Av. Brig. Faria Lima, 2601
12º andar - 01452-924
São Paulo, SP - Brasil
Tel: (11) 3555 5000

Brasília

SCN - Quadra 4 - Bloco B
6º andar - 70714-900
Brasília, DF - Brasil
Tel: (61) 2109 6070

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 440
15º andar - 22250-908
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel: (21) 3503 2000

contato@levysalomao.com.br

1 Correspondente à diferença positiva entre o valor pago a esse título e o patrimônio líquido adquirido na sociedade investida.

2 Boletim Jurídico – Levy & Salomão Advogados – “O futuro do aproveitamento fiscal do ágio” - 13/03/2010

3 Acórdãos nºs 1402-00.802, 1402-00.342, 1301-000.711.